



A polêmica em torno da Lagoa dos Frades tem, agora, um novo capítulo, estrelado pelo Cepram

Secretária revoga seu próprio embargo

Exatamente 24 horas depois de o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram) publicar no Diário Oficial resolução homologando o embargo administrativo imposto pela titular do conselho, Eliane Bendennoun — secretária de Planejamento do estado —, às obras da construtora Engenhar, na área das lagoas dos Frades e dos Urubus (sob proteção da legislação ambiental), ela própria volta atrás, e desembarga, "ad referendum", o referido empreendimento imobiliário. Cai, assim, a segunda perna do tripé de defesa do movimento ecológico em prol da preservação daquele ecossistema.

Segundo Eliane Bendennoun, sua decisão — ainda não oficializada — deu-se em face do parecer técnico emitido pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), dando conta de que "a empresa cumprira todas as exigências feitas pelo órgão". Ouvido, o diretor do CRA, Durval Oliviere, confirmou a emis-

são do parecer, mas explicou que o desembargo não implica em autorização de continuidade das obras. De acordo com Oliviere, o desembargo, "assim como o embargo", teve tão-somente "sentido disciplinar e conceitual".

ECOLOGISTAS PROTESTAM

"O desembargo quis dizer apenas que é possível realizar obras no local, mas que deverão ser obedecidos determinados condicionantes", justificou o titular do órgão. A licença para a continuidade das obras só seria concedida após a análise e aprovação dos estudos exigidos da construtora, a saber: o sanitário, que "está na dependência da aprovação final da Embasa"; o de imagem; e o de flora e fauna, que está incompleto. "O fórum de decisão final em relação à questão é a Cepram", frisou Oliviere.

Pegados de surpresa, os ecologistas — que festejavam o embargo da obra — protestaram. Teme Renato Cunha, do Gamba, que a medida favorece a consumação do que considera crime ecológico. Para ele, a questão resume aos três citados estudos. Acredita o ambientalista que a demanda populacional prevista a partir do porto do empreendimento proposto venha a prejudicar, irreversivelmente, aquele ecossistema lacustre e de dunas, que abriga mais de 100 espécies de flora e fauna, sendo, inclusive, rota migratória do Falcão Peregrinus.

A "novela Lagoa dos Frades", entretanto, ainda promete render. A terceira perna do tripé de defesa do Movimento SOS Lagoa dos Frades (a segunda caiu com a controvertida e questionável posição do Ibama) continua de pé. A liminar favorável concedida à Ação Civil Pública, impetrada pelo Grupo Ambientalista da Bahia.